



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

Aos 6 dias do mês de setembro do ano de 2011, no horário das 14h, na sala de reuniões S312-1 do Bloco A, Torre I da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos Estados, 5001, Bangu, Santo André, realizou-se a VIII sessão ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) da UFABC, do ano em curso, previamente convocada e presidida pelo magnífico reitor, Helio Waldman, com a presença dos seguintes Conselheiros: Gustavo Dalpian, vice-reitor; André Ricardo Oliveira da Fonseca, representante docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Arilson da Silva Favareto, coordenador do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H); Carlos Alberto Kamienski, pró-reitor de pós-graduação; Carlos Eduardo Capovilla, representante docente do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Derval dos Santos Rosa, pró-reitor de graduação; Edson Ryoji Okamoto Iwaki, representante suplente docente do CMCC; Emery Cleiton C. C. Lins, representante docente do CECS; Gilberto Martins, diretor do CECS; Guilherme Afonso Siqueli, representante suplente discente da graduação; Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, representante dos técnicos administrativos; Israel da Silva Rêgo, representante docente do CECS; José Fernando Queiruga Rey, coordenador do Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BC&T); Juliana Sanchez Morine, representante suplente discente da graduação; Juliano Marques Nunes, representante discente da graduação; Klaus Werner Capelle, pró-reitor de pesquisa; Maria Isabel Mesquita Vendramini Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Plínio Zornoff Táboas, pró-reitor de extensão; Rosana Aparecida Pereira, representante suplente dos técnicos administrativos; Ronei Miotto, vice-diretor do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Valdecir Marvulle, diretor do CMCC e Yossi Zana, representante docente do CMCC. Ausências justificadas: Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, diretor do CCNH; Carlos Alberto da Silva, representante docente do CCNH; Patrícia Dantoni, representante docente do CCNH; Ausentes: Jean-Jacques Bonvent, representante docente do CCNH; João Gabriel Spir Costa, representante discente da graduação; Juliana Alves Pereira Sato e Nathália Villa dos Santos, representantes discentes da pós-graduação. Não-votantes: Eloísa Helena da Silva Quitério, secretária geral; Marcela do Santos Abreu, representante suplente dos técnicos administrativos; Renata Coelho, chefe da divisão acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação; Soraya Aparecida Cordeiro, chefe da Divisão de Conselhos. Apoio administrativo: Fabiane de Oliveira Alves, técnica em assuntos educacionais e Aline Regina Bella, assistente em administração da Secretaria Geral. Havendo quórum legal, o magnífico reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão, às 14h16 com os Informes da Reitoria: 1) professor Helio Waldman informa que o Grupo de Trabalho criado para rever os estudos apresentados pelo CECS e estendê-los a todos os Centros da UFABC concluiu suas atividades. Acrescenta que resultado produzido será encaminhado ao ConsUni e, ao presente Conselho, divulga a conclusão de que, com base nos estudos, para atender aos compromissos didáticos da UFABC, são necessários 150 docentes para o CMCC, 210 para o CCNH e 340 para o CECS. Agradece aos membros do grupo pelo empenho na produção do detalhado estudo realizado; 2) em atendimento ao que dispõe o inciso III do Art. 1º da Resolução ConsEPE nº 110, solicita indicações dentre os Conselheiros para composição da Comissão para Acordos de Cooperação Internacional, ficando assim definido: Israel da Silveira Rêgo, representante docente do CECS; Rail Ribeiro Filho, representante dos técnicos administrativos e Guilherme Afonso Siqueli, representante suplente discente da graduação; 3) comunica que não foi constituído o Grupo de Estudo (GE) que aprimoraria a Minuta de Resolução para Criação da Comissão de Ética Ambiental e de



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

Gestão de Resíduos, conforme acordado na última sessão. Assim, aguardam-se indicações do CCNH e da Pró-Reitoria de Pesquisa para formação do referido GE; 4) dá ciência a todos de que na última terça-feira, 30 de agosto, assinou o termo de adesão ao programa Ciência Sem Fronteiras, em particular a Graduação Sanduíche nos Estados Unidos da América. Tal chamada pública, a nº 1 de 2011, tem por objetivo aprovar a participação dos estudantes da UFABC no âmbito do referido programa. Além de assumir compromissos tais como dar ampla divulgação à Chamada Pública e aderir aos termos e condições, também se indicou, à ocasião, o nome do professor Eduardo Guéron como Coordenador-Geral do Programa na UFABC. Passa a palavra ao professor Klaus que faz alguns detalhamentos acerca das bolsas.

Informes dos Conselheiros: 1) professor Waldman informa que a UFABC recebeu recentemente a visita de uma equipe de avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), para analisar o curso de Engenharia de Materiais, acrescentando que o curso foi considerado excelente. Passa a palavra ao pró-reitor de Graduação, professor Derval Rosa, que confirma que o curso obteve nota máxima nos âmbitos de projeto pedagógico, infraestrutura e corpo docente, finaliza declarando que a nota 5 foi a sugerida pelos avaliadores; 2) professor Yossi Zana, na condição de representante docente do CMCC, passa a palavra ao professor Ercílio Carvalho da Silva, docente do CMCC, ocupante da função de presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), que solicita à Mesa a retirada de pauta do item 2 da Ordem do Dia. Justifica que, uma vez que assumira recentemente a presidência da Comissão, tem refletido de modo diverso à interpretação dada ao caso, por isso, manifesta seu desejo de dividir suas reflexões com seus pares na CPPD. Professor Waldman considera oportuno o pedido de retirada de pauta e esclarece que, segundo a Lei nº 9.748/99, um órgão público pode rever uma decisão tomada anteriormente, desde que a avalie incorreta. Completa que a CPPD pode revogar uma decisão e, após isso, o assunto deverá retornar ao ConsEPE. Não havendo manifestações contrárias, o item é retirado de pauta; 3) professor Klaus solicita que o item 1 da pauta suplementar seja alocado na Ordem do dia por tratar-se de uma nova modalidade de bolsas, a qual a UFABC está credenciada. Afirma que a agilidade na votação deste assunto não traria prejuízos aos potenciais usuários destas bolsas, que foram disponibilizadas em quantidade limitada. Sua proposta é secundada e a passagem do assunto para Ordem do dia, aprovada; 4) a representante dos técnicos administrativos, Maria Isabel, solicita que o item 3 do Expediente seja promovido à Ordem do dia, alegando que esta Resolução terá efeito imediato na computação de créditos para os formandos. Professor Derval acata sugestão e em votação, o pedido é aprovado; 5) o representante dos técnicos administrativos, Gustavo Galati propõe que o item 4 do Expediente seja promovido para a Ordem do dia, por tratar-se do Calendário de 2012 e que muitos eventos dependem deste documento. Proposta é secundada e é seguida por debate acerca do tema. Professor Derval passa a palavra a chefe da Divisão Acadêmica, Renata Coelho, que explicita a urgência da aprovação deste calendário e que a intenção é que o assunto seja discutido e não, necessariamente, votado nesta data. Em votação, o item é promovido à Ordem do Dia, com 4 votos contrários e 3 abstenções. Ordem do Dia: Ata da VII sessão ordinária de 2011, realizada nos dias 9 e 16 de agosto de 2011. Tendo em vista haver dúvidas quanto ao conteúdo de algumas declarações, acordou-se que a ata ficará suspensa até que seja avaliado, por meio do áudio da sessão, se as discussões presentes na ata refletem o que foi mencionado à ocasião. Edital: “Piloto para Programa de Assistência ao Docente”. Professor Yossi Zana inicia apresentação de detalhado parecer, destacando os seguintes



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 pontos positivos da proposta: 1) criação de um programa em formato piloto, sendo que uma
2 regulamentação definitiva em larga escala estaria condicionada à avaliação da experiência; 2)
3 atividade remunerada: a) opção atual, de Estágio em Docência, é obrigatória somente a
4 bolsistas CAPES; b) não é permitido ministrar aula sem a presença do professor; c) o
5 participante não é remunerado nem recebe créditos em disciplina; d) como Assistente
6 Docente, o aluno é remunerado e pode ministrar parte das aulas de forma autônoma. Como
7 principal aspecto negativo, destaca a não obrigatoriedade da presença do professor
8 responsável, que poderá ocasionar falta de controle de qualidade das aulas e avaliação do
9 projeto, além da possibilidade de exploração do trabalho do Assistente. Sugere que seja
10 obrigatória a presença do professor responsável em pelo menos 70% das aulas. Apresenta
11 parecer favorável ao Edital com as alterações sugeridas. Durante as discussões, professor
12 Ronei sugere que a duração do programa seja de dois quadrimestres: o primeiro para
13 capacitação do assistente e o segundo para a atuação deste na regência das aulas. Acredita que
14 um dos requisitos para participar desse programa fosse o cumprimento do estágio docência,
15 uma vez que se trata de uma disciplina oferecida em todos os programas da UFABC e teria a
16 função de capacitação ao discente. Professor Dalpian explica que um dos objetivos deste
17 projeto é regulamentar o que já consta no Projeto Pedagógico da UFABC. Recomenda aos
18 Conselheiros que, ao proporem melhorias no projeto, encaminhem uma sugestão de texto,
19 facilitando a discussão acerca do assunto. Aponta, ainda, três propostas de alteração: a) na 1ª
20 página, quem assina o Edital é o reitor e não o vice-reitor; b) que no item 3, o período seja
21 alterado para “primeiro quadrimestre letivo de 2012”; c) no item 4, ao invés de seis, serão
22 atendidas cinco disciplinas do BC&T, a saber: Fenômenos Térmicos; Introdução às Equações
23 Diferenciais Ordinárias; Processamento da Informação; Transformações Químicas; além de
24 uma disciplina do BC&H, a ser indicada pela Coordenação. Professor André cita que o item
25 4.2 do Edital indica um grupo de 3 assistentes por disciplina e entende não haver fundamento
26 neste número, uma vez que pode ser excessivo para uma disciplina com poucas turmas e
27 insuficiente para uma disciplina com muitas turmas, sugerindo que o número de assistentes
28 seja proporcional à demanda. Opina que o professor responsável deve avaliar seu assistente e,
29 se este não atender às exigências mínimas, poderá ser desligado do programa. O discente
30 Juliano acredita que sugestões e questionamentos feitos por diversos Conselheiros podem
31 alterar a essência do Projeto e julga importante o fato de retornar a ser discutido pela área
32 demandante, a fim de contemplar todas as propostas. Sugere que o assunto retorne com as
33 alterações, em próxima sessão do ConsEPE. Professor Kamienski explica procedimentos do
34 estágio em docência. Mostra-se simpático à sugestão do professor Ronei, mas explica que, por
35 uma questão de calendário, não será possível exigir este tipo de estágio como pré-requisito e
36 que, por tratar-se de projeto piloto, a amostra utilizada será a de discentes bolsistas da
37 CAPES. Professor Waldman concorda com comentário do Juliano e julga oportuno transferir
38 a votação para a próxima sessão, uma vez que há um grande número de sugestões de
39 diferentes impactos, bem como algumas perguntas e pontos que foram levantados e
40 necessitam de posicionamentos. Acredita que a mudança de data de votação do projeto não
41 prejudicará, nem atrasará a implantação do programa e sugere que, ao fim das discussões, o
42 Conselho encaminhe à área demandante, uma reformulação do projeto, contemplando o que
43 for considerado pertinente. Professor Arilson concorda com ideia de aproveitar o estágio em
44 docência, porque amplia as disciplinas que venham a ser objeto da iniciativa. Sugere que
45 sejam mantidas, conforme projeto inicial, 2 disciplinas do BC&H: a) Território e Sociedade,



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 que é uma disciplina obrigatória específica do BC&H e é de responsabilidade do CECS; b)
2 Bases Epistemológicas, que é obrigatória do BC&T e faz parte do BC&H e é de
3 responsabilidade do CCNH. Mostra-se favorável a uma regra mais branda com relação à
4 porcentagem de aulas as quais o aluno poderia ministrar sem a presença do professor, com o
5 intuito de flexibilizar o programa, acrescentando que, caso necessário, a partir da experiência,
6 a regra seja alterada. Professor Gilberto sugere que no item 5.3, seja alterado o termo “pré-
7 requisito” para “priorização”. A representante dos técnicos administrativos, Maria Isabel
8 sugere propostas de redação para alterações: a) no item 5 após “horas semanais”, que se
9 acrescente “*desde que respeitadas as exigências das agências de fomento para exercício de*
10 *atividade didática*”; b) no artigo 5.5, permaneça sugestão da relatoria “... 70% das aulas”, e
11 após, seja acrescentado o seguinte texto: “*sendo o professor, responsável pela avaliação de*
12 *ensino-aprendizagem na disciplina*”. Outras sugestões são elencadas pelos Conselheiros.
13 Professor Ronei sugere que seja criado um item, entre os itens 4 e 5, destinado às atribuições
14 cabíveis ao professor responsável: 1) acompanhar presencialmente determinada porcentagem
15 do total das aulas; 2) participar da elaboração e correção das avaliações; 3) avaliar o projeto,
16 considerando opinião dos discentes que participaram da disciplina. Professor Kamienski
17 reitera que, por tratar-se de um projeto piloto, talvez não seja necessário especificar detalhes
18 de como será feita a avaliação, mas acredita que serão implantados os mesmos moldes de
19 avaliação do processo de ensino feito aos professores. Professor Waldman observa que,
20 apesar de grande aceitação por parte dos Conselheiros, o encaminhamento deve ser:
21 reformulação do documento, por parte da área demandante, elencando, ou explicando porque
22 não foram atendidas as propostas apresentadas e que este assunto seja votado na próxima
23 sessão do ConsEPE. Edital: ‘Chamada de inscrições de projetos para concessão de bolsas de
24 iniciação científica do programa PIBITI/CNPq e inscrição para o programa voluntário’.
25 Professor Klaus explica que se trata de uma nova modalidade de Iniciação Científica e a
26 UFABC foi credenciada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
27 Tecnológico (CNPq) para oferecer essa bolsa. Acrescenta que o objetivo é contribuir para o
28 desenvolvimento tecnológico e a inovação. De acordo com as regras estabelecidas, a UFABC
29 deve solicitar, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, o credenciamento a cada nova
30 modalidade. Destaca que no mesmo documento que anunciava a aprovação do
31 credenciamento, o CNPq comunicou também que a UFABC teria 5 bolsas a serem
32 distribuídas a partir daquela data. Elaborou-se, então, o Edital que se apresenta, seguindo os
33 moldes estabelecidos pelo CNPq. Em discussão, questiona-se o uso do Coeficiente de
34 Rendimento (CR) nos critérios de seleção. Professor Klaus esclarece que não há uma
35 determinação do CNPq quanto a isso, no entanto, experiências com outras bolsas mostraram
36 que o uso do CR é mais apropriado, medida, inclusive, aprovada pelos interessados. Quanto
37 ao fato do nome do programa constar os termos ‘tecnologia e inovação’, professor Klaus
38 esclarece que não há, necessariamente, preferência quanto à escolha de projetos vinculados
39 aos de extensão ou com empresas. Nesse sentido, acrescenta que o veredicto em termos de
40 adequação à modalidade do programa caberá aos avaliadores. No que tange aos casos de
41 desligamento de bolsistas durante o período de validade das bolsas, sugere-se que o edital
42 contemple tal possibilidade a fim de que não se perca a bolsa ou mesmo que haja qualquer
43 dúvida acerca dos procedimentos para substituição do bolsista. Propõe-se, ainda, que nos
44 critérios de seleção ao invés de ‘mérito científico’ conste ‘mérito científico e tecnológico’.
45 Professor Klaus concorda e acata ambas as sugestões. Não havendo mais inscritos,



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

encaminha-se o documento, com alterações, para votação. Aprovado por unanimidade. Substituição da Resolução ConsEPE nº 87, que regulamenta o processo de integralização do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) e dos cursos de formação específica a ele vinculados, para os alunos ingressantes antes de 2009. A chefe da divisão acadêmica da ProGrad, Renata Coelho, menciona os motivos que tornaram necessária a substituição da referida resolução. Ressalta que o objetivo é adequar o processo de integralização do BC&T e dos cursos específicos vinculados ao BC&T com as tabelas de convalidações e os estudos de casos práticos observados ao longo dos anos de 2010 e 2011. Além de deixar mais claro o texto da resolução, de modo a não dar margem a erros e dúvidas. Destaca que será válida apenas para alunos das matrizes 2006/2007 e 2008. Explica que essa nova Resolução permite que o aluno que se forme no BC&T possa utilizar disciplinas de opção limitada do BC&T para completar sua grade; já aquele que conclui curso de formação específica pode utilizar a disciplina cursada tanto no BC&T quanto no curso de formação específica. Acrescenta que na nova proposta as disciplinas seguintes: bases computacionais da ciência; bases matemáticas; comunicações e redes; energia: origens, conservação e uso; estrutura da matéria; interações atômicas e moleculares; transformações nos seres vivos e ambiente; pertencem à matriz 2009 e não possuem equivalência das outras matrizes, sendo assim, dever-se-á considerá-las como disciplinas de opção limitada para alunos das matrizes 2006/2007 e 2008, a fim de que tais créditos possam ser aproveitados. Em discussão, professor Gilberto ressalta que o curso de Engenharia Ambiental e Urbana não previa disciplinas de opção limitada, somente disciplinas obrigatórias e livres. Entendendo que a presente Resolução tem por objetivo não prejudicar os alunos que cursaram determinadas disciplinas, acredita que o presente documento possa contemplar mais esta exceção. Assim, sugere que se acrescente mais um parágrafo ao Art. 2º com a seguinte redação: ‘as disciplinas abaixo relacionadas poderão ser utilizadas pelos alunos matriculados no curso de Engenharia Ambiental e Urbana, ingressantes em 2006/2007 e 2008, na integralização de créditos’. A saber, as disciplinas são as seguintes: contaminação e remediação do solo; técnicas experimentais para caracterização de ecossistemas aquáticos; paisagismo e gestão de unidades de conservação; ecossistemas aquáticos, terrestres e interfaces; economia, sociedade e meio ambiente; sensoriamento remoto; análise de sistemas de modelagem ambiental; geotécnica aplicada ao planejamento urbano ambiental; gestão ambiental na indústria; questões ambientais globais; educação ambiental; gestão urbana ambiental; cidades, globalização e projetos urbanos; geomorfologia descritiva; história do urbanismo; economia e sociedade urbana; tópicos especiais em engenharia ambiental e urbana. Tal sugestão de inserção no texto da Resolução foi acatada pela área demandante. Professor Gilberto acrescenta informando que já foi aprovada, na Coordenação do curso de Engenharia Ambiental e Urbana e no Conselho de CECS, a reformulação do projeto pedagógico com a passagem de várias disciplinas dentre as elencadas para que passassem a ser disciplinas obrigatórias ou de opção limitada. O representante discente da graduação, Juliano, solicita que, após aprovação do presente documento, a ProGrad desenvolva algum tipo de manual que possa orientar os alunos acerca das mudanças que ocorreram e quais são os procedimentos que devem seguir para concluir seus cursos. Professor Derval compreende o pedido do discente, mas ressalta que a ProGrad tem despendido grande esforço em buscar soluções às demandas que surgem, no entanto, ainda assim, é preciso que se entenda que sempre ocorrerão situações que deverão ser analisadas caso a caso, devido às peculiaridades de cada currículo. Não havendo mais inscritos, professor Dalpian encaminha o documento,



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 com modificação, para votação. Aprovado por unanimidade. Calendário Acadêmico 2012. A
2 chefe da divisão acadêmica da ProGrad, Renata Coelho, relata que a proposta inicial
3 formulada foi apreciada e discutida na Comissão de Graduação (CG), ocasião quando a
4 proposta sofreu algumas modificações que passaram a compor o calendário apresentado nesse
5 Conselho. Destaca que a principal alteração foi a escolha para o início das aulas, sugerido pela
6 CG para que se desse em 6 de fevereiro de 2012, uma segunda-feira, fazendo com que todas
7 as datas avançassem em uma semana, resultando em apenas uma semana de recesso entre o
8 primeiro e o segundo quadrimestre. Declara que a proposta original era de que o início
9 acontecesse no dia 30 de janeiro. Em discussão, são feitas as seguintes sugestões: 1) diminuir
10 de 14 para 13 as semanas que compõem os quadrimestres; 2) manter as 14 semanas, cujo
11 número justifica-se em decorrência dos feriados, suprimir a 15ª semana do terceiro
12 quadrimestre e incorporar essa semana de sobra no recesso de maio, além de estabelecer o
13 término das aulas para dia 22 de dezembro; 3) não exceder os 200 dias letivos mínimos
14 exigidos pelo MEC; 4) reduzir o prazo para lançamento de notas para 3 dias, no máximo, ao
15 invés de 6; 5) inclusão do 'UFABC para Todos' no calendário dada a importância do evento,
16 na interação entre a comunidade externa e a UFABC, ponto crucial na captação de pretendentes
17 alunos, fato comprovado por meio de pesquisa quantitativa realizada pela equipe da Pró-
18 Reitoria de Extensão durante a II edição do evento; 6) iniciar o 3º quadrimestre no dia 14 de
19 setembro, ao invés de 10; 7) tendo em vista que a 14ª semana não está sendo incluída no
20 cálculo dos dias letivos, sugere-se suprimi-la do calendário a fim de que não sejam usados
21 esses como dias normais de aula; 8) sugere-se que a colação de grau dos concluintes do 3º
22 quadrimestre seja adiantada para fevereiro ou março, uma vez que, aqueles que concluem o
23 curso necessitam o quanto antes de seus diplomas; 9) estabelecer o início dos quadrimestres
24 em dias que não sejam, necessariamente, segunda-feira; 10) explicitar no calendário o fim dos
25 quadrimestres letivos; 11) retomar a discussão acerca da inserção de uma semana de recesso
26 no mês de julho; 12) estabelecer 12 semanas de aulas e a 13ª ficar reservada para reposição
27 de aulas, sendo que se explicitem as aulas de quais dias estão sendo repostas nos dias
28 indicados, bem como estabelecer, de maneira expressa, as datas de encerramento das aulas;
29 13) abrir o sistema de inserção de notas 3 dias antes do encerramento do quadrimestre e
30 fechá-lo 3 dias depois do encerramento do quadrimestre; 14) formular propostas de calendário
31 contemplando algumas possibilidades de cenários aqui propostas; 15) caso opte-se pela
32 semana de recesso em julho, que se diminua as 14ªs semanas para que não seja necessário
33 suprimir os demais recessos. Findas as sugestões, Renata explica que, no caso da sugestão 2, a
34 15ª semana existiria como período para lançamento de notas. Ressalta que essa minuta de
35 calendário é resultado de um amplo estudo realizado que verificou, inclusive, o impacto dos
36 feriados na contagem das semanas, bem como os prazos para lançamento de notas. Com
37 relação ao número de dias letivos, esclarece que, embora se exija no mínimo de 200 dias
38 letivos, existe uma dificuldade em distribuir, de maneira equânime, os dias dentre os
39 quadrimestres. Ainda com relação a isso, o discente Juliano ressalta que os dias que excedem
40 aos 200 estipulados são condizentes ao sistema diferenciado da UFABC. No ensino, aproveita
41 para expor a solicitação dos discentes de que se crie uma semana de simpósio para
42 apresentação de projetos de extensão universitária, mas ressalta que tal evento não precisa,
43 necessariamente, constar do calendário. Retomando a palavra, Renata explica que a inclusão
44 da 14ª semana no calendário, ainda que não seja contabilizada como dias letivos, foi uma
45 solicitação dos docentes para que houvesse a possibilidade de reposição de aulas caso fosse



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 necessário, mas ressalta que está claro no calendário que essa semana não é considerada como
2 dia letivo efetivamente. Quanto à sugestão 8, recorda que os próprios alunos fizeram a
3 solicitação à ProGrad para que a colação de grau só ocorresse após as inscrições nos cursos de
4 formação específica, além disso, não haveria tempo hábil para realizar a colação de grau em
5 paralelo às inscrições nos cursos de formação específica. No tocante ao fato do início das
6 aulas ocorrer em dias diversos às segundas-feiras, declara que não há oposição quanto a isso.
7 Em relação à 14ª semana, sugere que seja denominada como sendo recesso. Já no que tange à
8 semana para lançamento de notas, acredita que 2 dias sejam insuficientes, mas concorda que o
9 sistema possa ser liberado alguns dias antes dos prazo estabelecido e que continue aberto
10 alguns dias após. Há manifestações quanto às dificuldades que o calendário, tal como está,
11 apresenta e ressalta-se o ritmo intenso imposto aos discentes, que teriam apenas uma semana
12 de recesso entre o primeiro e segundo quadrimestres, fato que justificaria a revisão das datas
13 estabelecidas. Professor Derval declara que as propostas aqui apresentadas são fruto de
14 intensas discussões realizadas na Comissão de Graduação, assim, ressalta a importância de
15 que esse Conselho entenda o processo que culmina nas propostas tais como são apresentadas
16 na presente instância. Corroborar as explicações dadas por Renata acerca dos prazos para
17 publicação das notas. Considera que as diversas sugestões mencionadas nessa sessão serão de
18 grande valia para nortear as alternativas de propostas a serem apresentadas quando da
19 deliberação do item. No tocante à semana de recesso em julho, professor Klaus acrescenta que
20 os eventos científicos, como conferências, simpósios e congressos, nacionais e internacionais,
21 tradicionalmente acontecem ao longo desse mês, assim, opina que seria vantajoso do ponto de
22 vista da Pesquisa que houvesse recesso em julho, possibilitando que alunos participem desses
23 eventos. Acerca do mesmo tema, a discente Juliana registra que quando houve recesso em
24 julho, alguns professores entenderam que essa era uma semana para que os alunos realizassem
25 diversas tarefas a ser entregues na semana seguinte, fato que sobrecarregou os alunos durante
26 o período que deveria ser de descanso. Findos os esclarecimentos e sugestões, professor
27 Waldman esclarece que o assunto retornará na próxima sessão trazendo algumas propostas de
28 cenários para deliberação. **Expediente: Consulta quanto à alteração de Regime de Trabalho**
29 **Docente – professor Antônio Sérgio Munhoz (CMCC).** Professor Marvulle relata tratar-se do
30 caso de um professor que prestou concurso na UFABC e na Marinha. Recentemente foi
31 chamado por esta e, para exercer função de pesquisador no referido órgão, não poderá
32 cumprir o regime de Dedicação Exclusiva (DE) na UFABC. Expõe que chegou a propor ao
33 professor que tentasse conseguir um convênio entre as duas instituições e a Marinha recusou,
34 devido à confidencialidade de suas pesquisas. Perante essa situação, explica que o assunto foi
35 levado ao conhecimento do Conselho do CMCC que, por entender tratar-se de uma política da
36 UFABC, preferiu não tomar qualquer decisão, optando por acatar determinação do ConsEPE.
37 Professor Waldman pontua que informação da CGRH é que o requerente entrou em exercício,
38 na UFABC, em 22 de outubro de 2009 e que, portanto, encontra-se em estágio probatório,
39 impedindo-o de solicitar qualquer alteração em seu regime de trabalho. Finaliza lendo
40 seguinte trecho de nota técnica expedida pela Procuradoria Jurídica: “(...) *há normativos*
41 *expedidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de não se*
42 *admitir acumulação de cargos públicos cuja soma das jornadas ultrapasse 60 horas*
43 *semanais*”, acrescentando que, ainda que fosse possível ao professor, alterar seu regime de
44 trabalho, na UFABC, para 40 horas semanais, ele teria de cumprir no máximo 20 na Marinha,
45 devendo compatibilizar seus horários. Professor Marvulle afirma que, quanto ao estágio



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 probatório, a informação que detém é de que o professor Antônio Munhoz trabalhava na
2 Universidade Federal do Espírito Santo e que, portanto, fora redistribuído para a UFABC.
3 Professor Waldman assegura que será feito contato com a CGRH para verificar esse dado.
4 Professor Marvulle acrescenta que o fato de o requerente estar em estágio probatório é
5 informação nova pra ele, mas acredita que o tema está prejudicado por conta disso. Segue-se
6 debate com questionamentos acerca de a qual Conselho cabe o deferimento do pedido do
7 docente e professor Waldman esclarece as questões, baseado na leitura de trecho da nota
8 técnica da PJ: *“1) o deferimento do pedido é da competência do Conselho Universitário, o*
9 *qual deverá colher prévia manifestação do Conselho do respectivo Centro e do Conselho de*
10 *Ensino, Pesquisa e Extensão; 2) é possível a inclusão do pedido na pauta do ConsEPE, tendo*
11 *em vista que o seu parecer sobre o tema é independente e autônomo em relação ao que será*
12 *decidido pelo CMCC e pelo ConsUni, ou seja, existe a possibilidade de discussão da questão*
13 *pelo órgão sem prévia manifestação do CMCC; 3) as manifestações dessas instâncias são*
14 *imprescindíveis para a decisão do ConsUni, mas não o vinculam, vale dizer, ainda que*
15 *opinem contrariamente, poderá vir a ser acolhida a alteração de regime, visto que os*
16 *normativos não estabelecem a aprovação em todos os Conselhos que mencionam, mas*
17 *apenas que se colham as manifestações”*. Alguns Conselheiros concordam que o regime de
18 DE é uma maneira de os docentes se dedicarem não somente às aulas, mas a uma interação
19 entre os cursos e a sociedade, aprimorando esse contato com o público externo. Professor
20 Marvulle afirma que caso seja comprovado o fato de o professor estar em estágio probatório,
21 formalizará retirada do assunto de pauta. Caso contrário, propõe que seja criado um Grupo de
22 Trabalho para analisar se existe a possibilidade de se mudar esse parâmetro. Waldman
23 complementa que a Reitoria criou um Grupo de Trabalho, presidido pelo professor Dácio,
24 para estudar a reformulação da Resolução nº 4, que estabelece normas sobre o regime de DE.
25 Acrescenta que este GT está trabalhando com as possibilidades de colaboração com o setor
26 produtivo e interferem nesta questão de haver outros regimes. A secretária geral, Eloisa
27 Quitério se compromete a encaminhar aos Conselheiros, no próximo dia útil, portaria que
28 criou este GT. Professor Waldman finaliza informando que pretende conversar com professor
29 Dácio, a fim de rever a questão dos regimes, uma vez que este GT é específico para o regime
30 DE. Tendo em vista o avançado das horas, acorda-se que o assunto ‘Resolução que estabelece
31 normas e procedimentos para segurança, vista e revisão de avaliações, revisão de conceitos
32 finais e arquivamento de instrumentos de avaliação das disciplinas de graduação da UFABC’,
33 bem como os demais supra mencionados, serão tratados na continuação da sessão a realizar-se
34 no dia 20 de setembro. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra, o
35 reitor em exercício agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 18h07. Do que para
36 constar, nós, Soraya Aparecida Cordeiro, chefe da Divisão de Conselhos, Fabiane de Oliveira
37 Alves, técnica em assuntos educacionais e Marcela dos Santos, assistente em administração
38 da Secretaria Geral, em conjunto com a Secretária Geral, lavramos e assinamos a presente Ata
39 aprovada pelo reitor em exercício, professor doutor Gustavo Martini Dalpian e pelos demais
40 presentes à sessão. -----

41 Aos 20 dias do mês de setembro do ano de 2011, no horário das 14h, na sala de reuniões
42 S312-1 do Bloco A, Torre I da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Av. dos
43 Estados, 5001, Bangu, Santo André, realizou-se a continuação da VIII sessão ordinária do
44 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (ConsEPE) da UFABC, do ano em curso,
45 previamente convocada e presidida pelo vice-reitor, Gustavo Dalpian, com a presença dos



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 seguintes Conselheiros: Antônio Carlos Costa Campi Júnior, representante discente da
2 graduação; Arnaldo Rodrigues dos Santos Júnior, diretor do Centro de Ciências Naturais e
3 Humanas (CCNH); Carlos Alberto da Silva, representante docente do CCNH; Carlos Alberto
4 Kamienski, pró-reitor de pós-graduação; Carlos Eduardo Capovilla, representante docente do
5 Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Daniel Morgato
6 Martin, representante suplente docente do Centro de Matemática, Computação e Cognição
7 (CMCC), das 14h11 às 15h07 e 16h30 em diante; Derval dos Santos Rosa, pró-reitor de
8 graduação; Edson Pinheiro Pimentel, vice-diretor do CMCC até 15h35; Gilberto Martins,
9 diretor do CECS; Guilherme Afonso Siqueli, representante suplente discente da graduação;
10 Gustavo Adolfo Galati de Oliveira, representante dos técnicos administrativos; Herculano
11 Silva Martinho, substituto eventual do pró-reitor de pesquisa; Israel da Silveira Rêgo,
12 representante docente do CECS; Jean-Jacques Bonvent, representante docente do CCNH;
13 Jeferson Cassiano, representante suplente docente do CMCC; João Gabriel Spir Costa,
14 representante discente da graduação; José Fernando Queiruga Rey, coordenador do
15 Bacharelado em Ciências e Tecnologia (BC&T); Juliana Alves Pereira Sato, representante
16 discente da pós-graduação; Juliana Tófano de Campos Leite, representante suplente docente
17 do CECS; Juliano Marques Nunes, representante discente da graduação; Maria das Graças
18 Bruno Marietto, representante docente do CMCC; Maria Isabel Mesquita Vendramini
19 Delcolli, representante dos técnicos administrativos; Patrícia Dantoni, representante docente
20 do CCNH; Plínio Zornoff Táboas, pró-reitor de extensão; Rail Ribeiro Filho, representante
21 dos técnicos administrativos; Valdecir Marvulle, diretor do CMCC, a partir de 15h35 e Yossi
22 Zana, representante docente do CMCC de 15h07 às 16h30 . Ausentes: Nathália Villa dos
23 Santos, representante discente da pós-graduação. Ausências justificadas: Arilson da Silva
24 Favaretto, coordenador do Bacharelado em Ciências e Humanidades (BC&H); Não-votantes:
25 Denise Consonni, assessora acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad); Eloisa
26 Helena da Silva Quitério, chefe de gabinete da reitoria; Marcela dos Santos, chefe da Divisão
27 de Conselhos; Renata Coelho, chefe da Divisão Acadêmica; Soraya Aparecida Cordeiro,
28 secretária geral. Apoio administrativo: Fabiane de Oliveira Alves, técnica em assuntos
29 educacionais e Aline Regina Bella, assistente em administração da Secretaria Geral. Havendo
30 quórum legal, o vice-reitor, após cumprimentar os presentes, abre a sessão, às 14h11.
31 Professor Gustavo Dalpian comunica a todos acerca das recentes alterações ocorridas em
32 alguns cargos e funções. Assim, professor Júlio Facó, chefe de gabinete, passa a ser o Prefeito
33 Universitário; Eloísa Quitério, secretária geral, passa a ocupar a chefia de gabinete e a
34 Secretaria Geral passa a ser coordenada por Soraya Aparecida Cordeiro. Esta última passará a
35 compor a Mesa na assessoria dos Conselhos Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão.
36 **Ordem do Dia**: “Calendário Acadêmico 2012”. Renata Coelho, chefe da Divisão acadêmica
37 da Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad), recorda que na primeira parte dessa sessão foi
38 solicitado que fossem elaborados pelo menos 3 alternativas de calendário. Assim, baseado no
39 que foi discutido àquela ocasião, foram preparados 4 cenários que, acredita, contemplam
40 todas as sugestões feitas. Apresenta um resumo que reflete os pontos mais importantes dos 4
41 cenários. Ressalta que, no cenário 1, o início das aulas no 1º quadrimestre seria no dia 30 de
42 janeiro, havendo 72 dias letivos, 6 feriados, 6 reposições de feriado, 2 semanas de férias em
43 julho e recesso de 16 dias. O 2º quadrimestre começaria em 21 de maio, teria 72 dias letivos,
44 6 feriados, 6 reposições, recesso de 13 dias. O 3º quadrimestre começaria em 17 de setembro,
45 teria 72 dias letivos, 6 feriados e 6 reposições, totalizando 216 dias letivos, correspondendo a



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 12 semanas reais para calcular a carga horária da disciplina. No cenário 2, as aulas
2 começariam dia 1º de fevereiro, 30 de maio e 17 de setembro nos 1º, 2º e 3º quadrimestres,
3 respectivamente, sendo que os 19 feriados seriam repostos, haveria 42 dias totais de recesso,
4 no entanto, não haveria recesso em julho. No cenário 3, o início das aulas dar-se-ia em 6 de
5 fevereiro, 30 de maio e 17 de setembro nos 1º, 2º e 3º quadrimestres, respectivamente, haveria
6 36 dias de recesso, porém, sem o recesso em julho. Tanto nesse quanto no cenário 2,
7 totalizam-se 216 dias letivos. O cenário 4, no entanto, diferencia-se mais acentuadamente dos
8 demais, considerando haver 200 dias letivos. Para que isso fosse possível, destaca que os
9 feriados não seriam repostos na totalidade e não haveria o recesso em julho, apenas 44 dias
10 entre os quadrimestres. Outra diferença entre os cenários 1 a 3 e o cenário 4 é que os
11 primeiros possuem exatas 12 semanas para cada dia da semana, enquanto o último possui dias
12 da semana que terão entre 9 a 12 semanas. Por fim, ressalta que tentou-se manter as
13 reposições nos dias correspondentes aos dias das aulas, embora não tenha sido possível em
14 todos os casos. Além disso, buscou-se deixar expresso no calendário eventos como a semana
15 de bases experimentais, simpósios e formatura. Professor Dalpian parabeniza a ProGrad pelo
16 empenho e acredita que todas as possibilidades foram contempladas. Abre o assunto para
17 discussão. Professora Patrícia afirma que houve pouco tempo para discussão do assunto,
18 tendo em vista que as novas versões do calendário foram encaminhadas pela área na sexta-
19 feira, dia dos eventos de comemoração dos 5 anos da UFABC, e registra sua contrariedade
20 quanto à promoção desse assunto à Ordem do Dia. Questiona a razão para que todos os
21 feriados sejam repostos, fazendo com que o calendário fique muito apertado. Ressalta que
22 instituições como a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a de Pernambuco
23 (UFPE) não adotam tal prática. Acreditando não ser possível deliberar sobre todos os detalhes
24 do calendário, propõe que se votem os dias letivos e o recesso de julho. Renata esclarece que
25 a carga horária da UFABC deve ter 12 semanas efetivas em cada disciplina, assim, caso não
26 sejam feitas as reposições não se atingirá esse total. Lembra que na primeira parte dessa
27 sessão, foi solicitado que o cronograma de reposições fosse expresso no calendário, portanto,
28 atende-se a uma demanda do próprio Conselho. Professor Dalpian corrobora tais informações
29 e ressalta ter percebido consenso em relação à explicitação das reposições. Professor Plínio
30 declara entender a necessidade da carga horária refletir a realidade. Percebe, no entanto, que
31 atividades que constam no calendário e que contam com participação dos alunos, como a
32 semana de acolhimento dos calouros, não está sendo computada como dias letivos, podendo,
33 em sua opinião, assim serem. Considera excessivo haver 216 dias letivos mais essa semana de
34 acolhimento. Sugere que se conte isso como dia letivo e faça-se uma interpretação de carga
35 horária diferentemente do que tem sido feita, pois, levando-se em consideração que o
36 principal ponto no acolhimento é a atividade desenvolvida com o aluno, a compreensão não
37 deveria ser apenas a sala de aula, uma vez que nessas atividades, há uma série de estímulos
38 sendo realizados. Desse modo, deviam tentar aproximar-se ao máximo do mínimo exigido por
39 lei. Completa lembrando que na primeira parte da sessão havia solicitado a inclusão do
40 'UFABC para todos' no calendário, inclusive com uma sugestão de data, mas não foi atendido
41 em nenhuma das simulações apresentadas. Professor Gilberto recorda que muitas das
42 sugestões feitas na sessão anterior foram contempladas. Apoiar a reposição dos feriados, pois
43 atende aos pressupostos legais e normativos internos. Nesse sentido, houve uma evolução ao
44 colocarem as reposições ao final. A proposta também atende às solicitações dos docentes para
45 2 semanas de recesso em julho. Ressalta que uma das sugestões que não foi contemplada na



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 proposta 1 é a possibilidade de haver 3 semanas de recesso entre o 2º e 3º quadrimestre.
2 Manifesta preferência pelo cenário 1 como sendo o mais adequado. O discente João Gabriel
3 reabre a discussão em torno da distância entre o fim do 3º quadrimestre e a colação de grau
4 dos concluintes desse período. Também retoma a questão acerca das inúmeras tarefas
5 deixadas pelos professores para que os alunos realizem-nas no período do recesso de julho. O
6 discente Juliano considera que os pontos mais importantes são a definição dos dias letivos e
7 das férias em julho. No intervalo entre a primeira parte dessa sessão e a continuação de hoje,
8 declara que conversou com seus pares e pode perceber que os alunos são taxativos com
9 relação a não quererem diminuir o quadrimestre letivo, bem como também não optarem por
10 haver o recesso em julho. Manifesta total discordância quanto ao cenário 4 com apenas 200
11 dias letivos. Ressalta que assim como a professora Patrícia mencionou universidades que não
12 repõem os feriados, ele encontrou instituições de ensino superior que têm até 307 dias letivos.
13 Nesse sentido, a comparação pode não ser conveniente, tendo em vista que há diferenças e
14 peculiaridades entre as universidades. Afirmar ser salutar que sejam definidas algumas
15 políticas para que não fosse preciso rediscuti-las todos os anos, citando como exemplos as
16 férias, os dias letivos e carga horária por docente. A representante dos técnicos
17 administrativos, Maria Isabel, destaca que é preciso esclarecer o que é carga horária didática é
18 efetivamente atividade didática real. Assim, congressos, palestras ou atividades afins não são
19 atividades didáticas efetivas. É favorável que a semana de acolhimento não seja considerada
20 como atividade didática, configurando uma atividade que contribui para sustentar o tripé
21 Ensino-Pesquisa-Extensão e por isso deve continuar sendo realizada, mas não deve ser
22 considerada como carga didática efetiva. Prossegue declarando que considera preocupante o
23 recesso em julho, tendo em vista que há uma quebra do quadrimestre, o que interferiria no
24 planejamento de docentes e discentes. Professor Derval informa que se buscou contemplar
25 nos cenários apresentados o que o Conselho solicitou. Alerta que durante o processo de
26 reconhecimento dos cursos é apreciado o plano de ensino de cada disciplina, esse, vinculado à
27 ementa e ao plano de aula, por isso, é importante que esteja expresso no calendário que há
28 tempo hábil para completar a carga horária. Além disso, durante o processo, o avaliador tem
29 direito de solicitar o plano de ensino de até um ano anterior para efeito de comparação.
30 Professor Pimentel entende que a reposição não precisa ser feita exatamente no mesmo dia da
31 semana em que caiu o feriado. Em relação ao recesso de julho, declara que respeita muito os
32 docentes e discentes que têm filhos e que gostariam de passar esse tempo em convívio
33 familiar, mas considera essa quebra pedagogicamente prejudicial. Quanto à semana de
34 acolhimento, prevista para acontecer de 6 a 18 de maio, percebe que há um intervalo entre
35 essa semana e o início efetivo das aulas. Sugere que se busque um cenário em que houvesse
36 uma sequência entre a semana de acolhimento e o início do quadrimestre, trazendo para o
37 quanto antes possível. Professor Arnaldo observa que o único consenso é a exclusão do
38 cenário 4 e a presença de conceitos pontuais, no entanto, sem que houvesse uma defesa
39 sistemática de um dos outros 3 cenários. Fato que o faz crer que, concordando com professora
40 Patrícia, o assunto não esteja suficientemente amadurecido para deliberação. Comenta que,
41 entre os alunos, o recesso em julho não é um consenso. Alerta para o fato de que é preciso
42 muito cuidado em torno das discussões sobre o calendário, tendo em vista a direta relação que
43 há até mesmo na saúde dos alunos, por isso, secunda a proposta da professora Patrícia de não
44 votar o assunto nessa sessão. Professor Plínio declara que um curso se faz não por conta de
45 um ano, mas ele é muito mais. O curso mais curto da UFABC tem 3 anos, assim, quando se



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 concebe um curso, deve-se concebê-lo no todo e então distribuí-lo em períodos letivos.
2 Portanto, avalia que, se o argumento de que os quadrimestres estão curtos ou que não está
3 havendo tempo hábil, é porque há problemas inclusive na concepção dos cursos. Com relação
4 ao recesso de julho, declara não ter uma posição clara em relação a isso, mas considera que
5 em 2009, quando houve esse recesso, ocorreu um erro que acabou fazendo com que esse fosse
6 apenas para os professores, posto que os alunos tiveram atividades a cumprir. Entende que
7 não há problemas em fazer pausas durante o curso do quadrimestre, sendo apenas uma
8 questão de planejamento. Há questões de fundo que precisam ser analisadas. Professor
9 Dalpian, quanto ao encaminhamento, acredita ser possível votar o assunto ainda nessa sessão.
10 Para isso, primeiramente votar-se-ia a proposta da professora Patrícia e depois, seriam
11 votados os pontos que necessitam consenso. Repassa a palavra à relatora. Renata desculpa-se
12 por não ter atendido à solicitação de incluir o evento 'UFABC para Todos' no calendário, mas
13 compromete-se em corrigir esse lapso. Concorde com a representante dos técnicos
14 administrativos, Maria Isabel quanto ao posicionamento contrário em considerar a semana de
15 acolhimento como dia letivo, tendo em vista que atenderia apenas os ingressantes, ficando os
16 veteranos de fora. Acata a sugestão do professor Pimentel em aproximar a semana de
17 acolhimento do início das aulas. Lembra que, em relação ao início do 2º quadrimestre,
18 necessitam de um tempo maior entre o 1º e o 2º quadrimestres, pois se organiza o ingresso de
19 quase 2 mil novos alunos. Esclarece mais uma vez a questão em torno da data colação de grau
20 acontecer depois das inscrições nos cursos de formação específica. Ainda assim, atendendo a
21 solicitação feita pela discente Juliana na primeira parte da sessão, buscou-se adiantar o
22 máximo possível a colação de grau. Professora Patrícia ressalta que é preciso discutir mais a
23 questão em torno do recesso em julho, tendo em vista as controvérsias. Informa que, segundo
24 pôde apurar com seus pares, não se trata apenas de uma semana de descanso em julho, mas
25 também uma oportunidade da UFABC estar em consonância com as demais universidades
26 brasileiras. Reforça sua intenção de discutir mais amplamente o assunto na comunidade. Com
27 relação ao início do 1º quadrimestre no cenário 1, considera 30 de janeiro muito próximo e
28 sugere que aconteça em 6 de fevereiro. O discente Juliano completa lembrando que, devido ao
29 fato de a UFABC abrigar diversos alunos oriundos de outras cidades, é possível que uma
30 semana de recesso não seja suficiente para que voltem a suas cidades, por vezes muito
31 distantes, fato que explicaria a preferência para que tal pausa não ocorresse. Afirma que a
32 semana de acolhimento no ano passado, na realidade, foram apenas 4 dias antes do início das
33 aulas. Sugere que no calendário 2012 seja mantido esse padrão, a menos que a Pró-Reitoria de
34 Extensão (ProEx) considere que seja necessário mais alguns dias. Solicita que as inscrições
35 dos cursos de formação específica sejam antecipadas para que a colação de grau possa ser
36 antecedida também. Professor Gilberto defende o cenário 1 sugerindo que o 2º quadrimestre
37 começasse depois de 2 semanas e as 3 semanas de recesso ficassem entre o 2º e o 3º
38 quadrimestres, se possível. Apresenta, ainda, a demanda dos docentes do CECS para que se
39 tenha o recesso em julho. Professor Derval solicita, caso seja prorrogada a decisão, que esse
40 Conselho forneça as diretrizes necessárias para que sejam reformuladas as propostas.
41 Professor Plínio, quanto ao acolhimento, explica que a ProEx tem capitaniado o evento, mas
42 tem-no feito em parceria com outras pró-reitorias. Informa que a ProEx não foi consultada
43 quanto às datas propostas nos calendários. Lembra que no ano passado o acolhimento foi feito
44 durante uma semana e apoia a ideia de que aconteça em data próxima ao início das aulas.
45 Defende que a importância do acolhimento não se limita apenas aos ingressantes, havendo um



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 grande envolvimento dos veteranos, fundamentais na realização desse evento, contando com a
2 parceria feita com o DCE, a Atlética e as Repúblicas. Há, portanto, grandes benefícios tanto
3 para os ingressantes como para os veteranos, dada sua importância social. Considera que se
4 está num momento para rever conceitos enrijecidos acerca do que é ser didático, tendo em
5 vista que há questões de fundo a serem analisadas, pois, em seu modo de pensar, ser didático
6 não é, necessariamente, ser convencional. Assim, acredita que o acolhimento pode ser e tem
7 sido usado em prol das questões didáticas. Reforça-se isso pelo fato de a UFABC ter se
8 colocado externamente como uma instituição inovadora e que atende às demandas da
9 sociedade moderna. Desse modo, considerar que o acolhimento não traz nenhum benefício
10 acadêmico considera que se estará partindo para um fazer acadêmico convencional. Alerta
11 para a importância de que tal questão seja discutida com calma. A representante dos técnicos
12 administrativos, Maria Isabel, ressalta que a quebra de período letivo é diferente de recesso.
13 Defende a proposta do cenário 2, por tratar-se do melhor andamento da UFABC, havendo um
14 recesso mais longo entre o 1º e o 2º quadrimestres, possibilitando maior tempo para
15 recepcionar os ingressantes e por contemplar o maior número de ideias expostas nesse
16 Conselho. Professor Pimentel concorda com a representante dos técnicos administrativos,
17 Maria Isabel no tocante aos prejuízos causados pela quebra do quadrimestre em julho. O
18 discente Guilherme argumenta que o recesso em julho, embora não seja consenso entre os
19 alunos, seria interessante tendo em vista os eventos de pesquisa que acontecem durante esse
20 mês. Renata declara que a ProGrad considera de fundamental importância a semana de
21 acolhimento. Com relação ao adiantamento das inscrições para os cursos de formação
22 específica, teme não ser possível cumprir, posto que, no momento, ainda depende-se
23 demasiado da análise manual, uma a uma, dos históricos que totalizam grande volume.
24 Professor Dalpian, baseado nas discussões, propõe alguns encaminhamentos possíveis. O
25 primeiro deles seria a votar a proposta da professora Patrícia, secundada por diversos
26 Conselheiros, em adiar a deliberação para próxima sessão ordinária. Após votação, 13
27 Conselheiros são favoráveis, 10 são contrários e 1 absteve-se. A proposta seguinte é a retirada
28 do cenário 4 de discussão. Não há nenhuma manifestação contrária à proposta, ficando
29 portando excluído, permanecendo apenas os cenários 1 a 3 para deliberação. Dando sequência
30 às sugestões elencadas, professor Dalpian destaca proposta do professor Plínio de incluir a
31 semana de acolhimento no cômputo da carga didática, embora não estejam claras as
32 implicações didáticas para os veteranos e discentes de pós-graduação, uma vez que se trata de
33 calendário comum a toda UFABC. Propõe que se manifestem aqueles que são favoráveis a
34 discutir uma possibilidade de incluir o acolhimento na carga didática. Após votação, o
35 Conselho, pela maioria, manifesta-se contrário à proposta. Assim, o acolhimento pertence às
36 atividades da UFABC, mas não conta como carga didática. Professor Plínio ressalta que esses
37 pontos não integravam a proposta da professora Patrícia, entende, portanto, que se está
38 deliberando hoje o que deveria ser votado na próxima sessão. Professor Dalpian acredita ser
39 possível discutir alguns aspectos específicos inerentes ao calendário, de modo que a ProGrad
40 tenha algumas diretrizes para instruir a elaboração de nova proposta. Professor Plínio entende
41 que, ocorrendo tal adiantamento, algumas propostas, como a questão do acolhimento, ficam
42 prejudicadas por não poderem ter sido levadas à discussão na comunidade, mas declara acatar
43 o encaminhamento. Professor Dalpian compreende a posição do professor Plínio e sugere que
44 a proposta seja encaminhada pela ProGrad, ouvidas as Comissões de Graduação e de Pós-
45 Graduação. Encaminha para votação a intenção do Conselho em deliberar sobre o recesso de



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 julho nesta sessão. Após empate em 11 a 11 e 2 abstenções, professor Dalpian, manifestando
2 seu voto de qualidade, entende que não há prejuízo em deixar a deliberar acerca desse ponto
3 para próxima sessão. Encerra a discussão acerca desse assunto a ser retomada na próxima
4 sessão. Convida professor Valdecir para compor a Mesa. Edital: “Piloto para Programa de
5 Assistência ao Docente” Professor Yossi informa que os pontos destacados na última sessão
6 foram acatados. Explica que o assistente poderá ministrar no máximo 50%, e não mais 70%,
7 das aulas sem acompanhamento do professor responsável em sala de aula. Acrescenta que um
8 dos critérios adotados para que o discente participe do Projeto é a obrigatoriedade de
9 aprovação na disciplina de estágio em docência. Pontua que a avaliação do Projeto Piloto será
10 de responsabilidade de um Grupo de Trabalho composto por um docente indicado pela
11 ProGrad, um docente indicado pela ProPG e um discente indicado pelo ConsEPE. Completa,
12 recomendando a aprovação. Ao longo das discussões, Juliano sugere que seja incluído no
13 item 3, como membro do grupo gestor, um discente da graduação. Professora Patrícia
14 questiona se há critérios para escolha dos docentes responsáveis pelos assistentes. Quanto ao
15 item de avaliação ensino-aprendizagem, questiona se o professor aplicará e corrigirá a
16 avaliação junto com o aluno. Professor Kamienski, quanto ao segundo questionamento,
17 esclarece que de fato o professor ficará responsável pela parte da avaliação dos alunos. No
18 tocante aos critérios, ressalta que, nesse primeiro momento, espera-se que, por tratar-se de
19 projeto piloto, os professores integrem o programa por adesão. Finaliza que, no item 6.7, o
20 termo “ou equivalente” contempla outras situações além de alunos que tenham cumprido
21 estágio em docência. Findas as discussões, segue-se para votação. Projeto aprovado com 2
22 abstenções. **Expediente: Resolução que estabelece normas e procedimentos para segurança,**
23 **vista e revisão de avaliações, revisão de conceitos finais e arquivamento de instrumentos de**
24 **avaliação das disciplinas de graduação da UFABC.** Professora Denise Consonni informa que
25 a Resolução foi amplamente discutida na Comissão de Graduação, trata de assuntos que
26 preocupam os docentes e tem por objetivo atender essa normativa. Realiza leitura do Artigo
27 1º: “*Todas as avaliações deverão ser realizadas mediante a apresentação pelo aluno de*
28 *documento de identificação, com foto*”, explicando que foi recomendação da Procuradoria
29 Jurídica e a ideia é seguir modelo de outras instituições, que já adotaram esta prática.
30 Relaciona documentos que serão aceitos ou não, conforme parágrafos 1º e 2º. Explica que o
31 Artigo 2º aborda vistas e correções de avaliações e, em seguida, realiza leitura do parágrafo
32 1º: “*A vista dos instrumentos de avaliação tem como objetivo orientar o aluno em seu*
33 *aprendizado e deverá ser realizada em dia e horário marcados pelo professor*”. Pontua que a
34 CG considerou que a vista é parte do processo de aprendizado. Há preocupação dos docentes,
35 no entanto, em utilizar período de aula para isso e que, portanto, decidiram estas vistas
36 ocorram em horário distinto. Passa a ler Artigo 3º: “*O aluno que discordar da correção*
37 *realizada deverá, devidamente embasado, pronunciar-se no momento da vista, solicitando ao*
38 *professor a revisão imediata da correção, à luz dos objetivos e critérios esclarecidos*
39 *anteriormente pelo mesmo*”. Neste caso, o professor da disciplina pode, no momento da vista
40 e considerando os argumentos do aluno, corrigir a nota aplicada. Prossegue, lendo Artigo 4º:
41 “*O conceito final resultante das avaliações para aprovação da disciplina poderá ser objeto*
42 *de revisão, caso o aluno tenha dúvidas sobre o mesmo e solicite a revisão na Secretaria*
43 *Acadêmica no prazo máximo de 7 (sete) dias letivos após o início do quadrimestre*
44 *subseqüente*”. Informa que Artigo 5º trata da obrigação da guarda de instrumentos de
45 avaliação aplicados durante o quadrimestre por parte do professor responsável pela disciplina.



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 Passa a ler parágrafo único do referido Artigo: “*Após o lançamento do conceito final da*
2 *disciplina e esgotado o prazo de solicitação da revisão do conceito final pelo aluno, é*
3 *facultado ao professor, quando aplicável, devolver os instrumentos de avaliação ao aluno,*
4 *guardá-los pelo tempo que achar necessário ou descartá-los, guardando os devidos registros*
5 *comprobatórios das avaliações realizadas, pelo período de cinco anos*”. Apresenta a hipótese
6 de o professor fazer uma planilha para que os alunos assinem, caso estejam de acordo,
7 eliminando a necessidade de arquivo das provas. Professor Kamienski acredita que o processo
8 de revisão de provas já existe de maneira informal e, para casos de professores que não
9 adotam essa prática, sugere que outro docente, ou mesmo outra instância, faça a revisão,
10 como ocorre em outras instituições. Professor Gilberto propõe que no Artigo 1º, a solicitação
11 de documento fique a critério do docente. Além disso, acredita que as coordenações de curso
12 devam se manifestar a fim de analisar se os instrumentos estão adequados aos objetivos da
13 disciplina. Segue-se intenso debate e sugestões de desmembramento da Resolução em duas
14 partes. Professora Denise explica que todos esses pontos estão reunidos em um único
15 documento por referir-se à avaliação dos alunos. Acrescenta que a Pró-Reitoria de Graduação
16 está empenhada em aplicar junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), meios
17 informatizados, como por exemplo, leitura digital que gera lista de presença automática.
18 Sobre a vista de avaliação durante a disciplina, cita que houve muitos argumentos sobre a
19 impossibilidade de ser feita durante o quadrimestre e que, por esse motivo, foi retirado o
20 prazo para sua realização. Na proposta inicial, continua, constava que o coordenador de curso
21 poderia atuar como instância recursal, mas foi retirado pela CG. O representante discente de
22 graduação, Juliano, relata ter presenciado as discussões na CG, que foi remodelado cerca de 3
23 ou 4 vezes. Acredita que, nessa instância, ficaram claras as divergências de opiniões entre
24 docentes, discentes e TAs ressaltando que foram várias as decisões por parte dos
25 coordenadores de curso e não propriamente da CG. Quanto aos critérios de avaliação,
26 relembra o ‘Relatório de Avaliação de Disciplinas’, realizado pela Pró-Reitoria de Graduação,
27 no último quadrimestre, destacando o seguinte trecho do documento: “*houve informantes que*
28 *criticaram a falta de vista de provas, de divulgação das notas a tempo de recebimento de um*
29 *feedback e alguns casos de aplicação da avaliação substitutiva, prometida no início do curso.*
30 *As críticas para conversão de conceitos avaliativos em conceitos numéricos se repetiram*
31 *nesse grupo, nos quais são expostas considerações acerca do desrespeito aos princípios do*
32 *nosso projeto pedagógico*”. Opina que esse relatório deixa clara a necessidade dessa
33 Resolução. Professor Plínio manifesta-se contrário ao fato de a exceção suscitar a regra na
34 UFABC, além de discordar da elaboração de tal resolução. Recorda que há a necessidade de
35 discutir o real conceito de avaliação na UFABC, em concordância com seu projeto
36 pedagógico. A representante dos técnicos administrativos, Maria Isabel, corrobora proposta
37 de desmembramento da Resolução. Sugere alterações do texto, a saber: a) no Artigo 2º,
38 parágrafo 2º, seja redigido o seguinte texto: “*Antes da aplicação do instrumento avaliativo, o*
39 *professor esclarecerá aos alunos os objetivos e critérios que serão utilizados na correção*”; b)
40 retirada do termo “*devidamente embasado*” no Artigo 3º, uma vez que o aluno já deve saber,
41 previamente, quais são os critérios do professor; c) no parágrafo único do Artigo 4º, seja
42 substituído o texto “*(...) conceito final para o docente, que deverá tomar as medidas*
43 *necessárias(...)*” para “*(...) conceito final para o coordenador da disciplina, que deverá*
44 *tomar as medidas necessárias (...)*”, uma vez quem deve julgar o recurso do aluno é uma
45 instância superior. Professor Arnaldo concorda e sugere que esta instância seja a coordenação



Serviço Público Federal
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

ATA Nº 08/2011

1 do curso e não o coordenador da disciplina. Pontua que, em sua opinião, a proposta resguarda
2 o direito do aluno em ver a prova. Professor Derval explica que alguns professores sentem a
3 necessidade de uma norma para resguardá-los e que há extensa demanda quanto a isso.
4 Ressalta que prejudicar o funcionamento da graduação na UFABC não é intenção da Pró-
5 Reitoria de Graduação. Reitera que o presente documento é conhecido por vários
6 Conselheiros e já passou por uma comissão que tinha um número significativo de presentes,
7 acrescentando que é papel da pró-reitoria apresentar o que lhes é demandado. O fruto do
8 impasse causado pelo documento, explana, reflete o olhar da CG com representantes das 3
9 categorias e coordenadores de curso da UFABC e, claramente houve divergências de
10 opiniões, neste caso. Finaliza, porém, que a Resolução é objeto do que foi sugerido e
11 aprovado pela maioria, colocando-se à disposição para esclarecimentos e abarcamento de
12 sugestões por parte dos Conselheiros. Professor Dalpian corrobora opiniões, no que tange ao
13 aprofundamento das discussões acerca das avaliações e concorda com o desmembramento das
14 Resoluções. Foram elencadas outras considerações acerca do documento. Professora Denise
15 concorda em desmembrar a Resolução e declara que seu principal objetivo é inibir qualquer
16 tipo de situação que prejudique a UFABC como um todo. O assunto retornará à Ordem do dia
17 da próxima sessão ordinária. Como nenhum dos participantes desejasse fazer uso da palavra,
18 o reitor em exercício agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 17h10. Do que
19 para constar, nós, Marcela dos Santos, chefe da Divisão de Conselhos, Fabiane de Oliveira
20 Alves, técnica em assuntos educacionais e Aline Regina Bella, assistente em administração da
21 Secretaria Geral, em conjunto com a Secretária Geral, lavramos e assinamos a presente Ata
22 aprovada pelo reitor em exercício, professor doutor Gustavo Martini Dalpian e pelos demais
23 presentes à sessão.

Fabiane de Oliveira Alves
Técnica em Assuntos Educacionais

Aline Regina Bella
Assistente em Administração

Marcela dos Santos
Chefe da Divisão de Conselhos
(a partir de 19 de setembro de 2011)

Soraya Aparecida Cordeiro
Chefe da Divisão de Conselhos
(até 18 de setembro de 2011)
Secretária Geral
(a partir de 19 de setembro de 2011)

Eloisa Helena da Silva Quitério
Secretária Geral
(até 18 de setembro de 2011)
Chefe do Gabinete da Reitoria
(a partir de 19 de setembro de 2011)

Helio Waldman
Reitor